

**Metalúrgicos iniciam
campanha. Eles querem
15% de produtividade**
página 7

O REPÓRTER de GUARULHOS

Ano V — Nº 39 outubro de 1981

FAVELADOS DE VILA FLÓRIDA QUEREM UMA SOLUÇÃO DEFINITIVA

As 19 famílias que ainda resistem à ordem de despejo na favela de Vila Flórida não aceitaram as soluções propostas pela Prefeitura: mudança para outras áreas do Jardim Arapongas, no Picanço ou no Jardim Bela Vista. Os favelados argumentam que poderiam enfrentar os mesmos problemas, sendo corridos de um lado para o outro. Por isso, eles se propõem a comprar terrenos da Prefeitura, desde que o preço seja justo e em prazos de pagamento de acordo com suas condições financeiras. Páginas 4 e 5.



**Motoristas da Prefeitura ganham ação
sobre horas-extras e denunciam pressões**
página 3

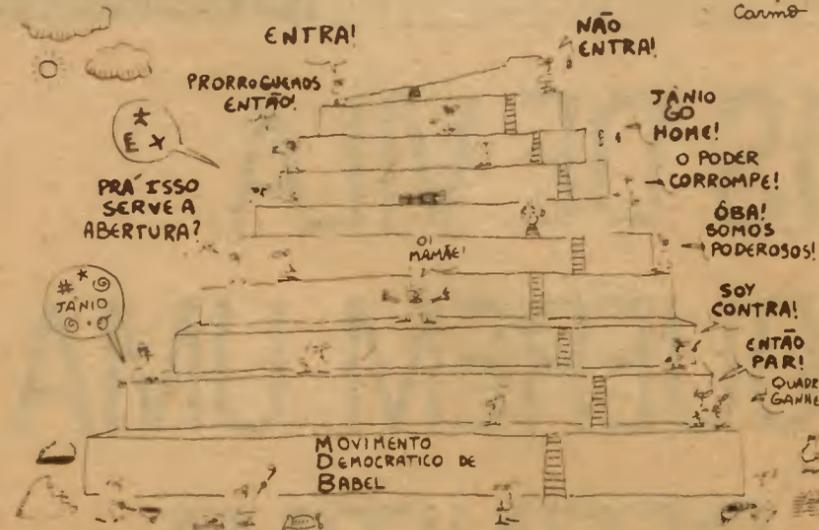
Prorrogação de mandatos e Jânio Quadros agitam PMDB

O PMDB está atravessando uma de suas maiores crises, por dois motivos: primeiro, em consequência da decisão da executiva nacional do partido, que prorrogou até 1983 os mandatos dos dirigentes regionais e municipais. Segundo, com a filiação do sr. Jânio Quadros que ameaça implodir o partido tal o nível de descontentamento que vem causando em suas mais expressivas figuras, como Franco Montoro e Almino Afonso.

A prorrogação dos mandatos dos dirigentes regionais e municipais foi possível devido a um acordo da cúpula peemedebista com o PDS, que permitiu a aprovação do projeto do senador Bernardino Viana, atribuindo às executivas nacionais competência sobre as datas de todas as convenções partidárias. Para o deputado Francisco Pinto (PMDB/BA) "a executiva estava sendo tão casuística como o regime". O deputado Samir Achoa manifestou-se dizendo que "O PMDB é hoje um partido falido".

"O PODER CORROMPE"

Mas não ficaram por aí as manifestações de descontentamento. A deputada Cristina Tavares (PMDB/PE) declarou: "Dizem que todo poder corrompe. Então, tenho a impressão de que o PMDB está a caminho do poder, pelas práticas casuísticas que vem adotando, agredindo as bases populares que pregam uma linha democrática de ação". E o deputado Roberto Cardoso Alves (SP) também declarou: "Não sei se a decisão foi adotada à sorrelfa ou à socapa". E completou, referindo-se à convenção nacional do PMDB, marcada para 6 de dezembro: "A convenção só foi marcada porque os prorrogadores não terão moral para substituir os prorrogados".



Se a prorrogação dos mandatos provocou esse rebu todo, a entrada de Jânio Quadros acabou de acentuar a crise peemedebista. Em declarações à imprensa o deputado Ulisses Guimarães, presidente do PMDB, disse que "o assunto é polêmico e há muita controvérsia". Isso significa que há políticos no partido que defendem a entrada de Jânio, entre eles o senador Orestes Quêrcia que foi o portador da carta do ex-presidente solicitando sua filiação. Políticos do PMDB e do Partido Popular acham que se Jânio entrar no PMDB e fizer campanha ao lado de Quêrcia, que junto com Montoro pleiteia o governo de São Paulo a vitória do PMDB estaria garantida.

REAÇÃO

Montoro, no entanto estaria tentando a aliança Jânio/Quêrcia e declarou que "a entrada desse homem em meu partido é uma contradição, pois a via do programa que ele defende é contrária a do PMDB. Ele defende a política

do ministro Delfim Neto; esteve também com Golbery do Couto e Silva, que foi hóspede do Maluf. Creio que não é preciso dizer mais nada, só isso basta". O certo é que está havendo uma enorme reação contra a entrada de Jânio no partido.

E Jânio, o que diz? Simplesmente isso: "Todo aquele que de-seja impugnar alguém que, como eu, sempre estive na oposição e em nenhum instante serviu à Revolução de 1964, irá impugnar também centenas, se não milhões de brasileiros que caminham comigo e ficará com essa responsabilidade histórica". Sobre suas pretensões eleitorais afirma Jânio: "Não sou candidato a governador. Acho mais fácil ser candidato a deputado federal. Mas se me hostilizarem muito, acabo aceitando a candidatura ao senado e terei por trás de mim um Amazonas de votos". A indireta é para o ex-ministro do Trabalho, Almino Afonso, que é do Amazonas, ferrenho opositor à entrada de Jânio no PMDB.

Curtas e Grossas

Dia 15 de outubro faz um ano que o padre Vito Miracapillo foi expulso do país. Seu crime: ser estrangeiro e defender os pobres. No primeiro aniversário da expulsão de padre Vito, a Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados distribuiu um artigo em que recorda a declaração de dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife: "Durante mais de quatro séculos a igreja sempre fez a política do governo e nunca fomos criticados pelo governo por estarmos fazendo política. Agora que estamos defendendo o povo oprimido, o governo nos critica, dizendo que nós não podemos fazer política. Engraçado, né?"

No mesmo artigo, a Pastoral dos Direitos Humanos bota a boca no mundo e diz que a expulsão de padres estrangeiros faz parte de um plano especialmente elaborado com tal fim. Adivinhem o nome do tal plano? "Plano Banzer". E sabem que é o cérebro da peça? Um ministro do Interior da Bolívia! Basicamente, o "Plano Banzer" tem três objetivos, segundo a Pastoral: estimular as divisões internas na Igreja; caluniar e perseguir líderes progressistas da Igreja; e promover detenções e expulsões de missionários estrangeiros. Os fascistas bolivianos estão fazendo escola, hein? Nem a Igreja escapou! Cruz, credo!

Antes de Vito Miracapillo e a partir de 1968 foram expulsos os seguintes padres estrangeiros: James Murray, Pierre Wauthier, Jean Talpe, Giuseppe Pedandola, Jules Vitae, Joseph Comblin, François Jentel, Giuseppe Fontanella e Gaetano Maiello. A Pastoral pergunta: "E depois do padre Vito, quem? Aristides Camioli? Francisco Gouriou? Até quando?". Aristides e Francisco são os dois padres que estão presos em Belém (PA) acusados de incitarem os posseiros contra os "donos das terras". Terras que estão sendo dadas de mão beijada às multinacionais.

O cacique Mário Juruna filiou-se ao PDT e garante que será candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro. Juruna declarou que está no PDT mas não afasta a possibilidade de deixar o partido se "todo mundo não fizer as coisas direito". Disse também que jamais iria para o PDS por ser este "o pior partido, porque fica do lado do Governo, do rico". Juruna estranhou "essa mania dos brancos de chamar os outros de comunista" e que teme "ser chamado de comunista, agitador, quando a gente fala a verdade". O cacique conseguiu seu título de eleitor há poucos meses e votará pela primeira vez em 1982.

Maluf caiu do cavalo, literalmente. E está de molho, semi-imobilizado, em seu leito de governador. A imprensa estava impedida de ver Paulo Maluf, segundo sua assessoria "por uma razão muito simples: como o governador está praticamente imobilizado, existe o risco de infecção". Dizem que na queda as partes baixas do homem ficaram bastante danificadas, com rompimento dos tendões. O nome do cavalo que o derrubou continua em segredo. O apelido do bicho só pode ser "Derruba Biônico".

Editora O Repórter de Guarulhos Ltda.

Av. Guarulhos, 271
fone: 209-6093

Jornalista Responsável:

Névy R. Gomes

Redação:

Helisa Paula Cruz
José Luiz Frare
Lizete Teles de Menezes
Maria Clementina P. Cunha
Tuta de Oliveira
Vicente Roig

Fotografia:

Carmen Sílvia Borbólo

Diagramação:

Mário Uehara

Ilustração:

Carmo V. Fanganiello

Administração:

Artur Pereira Cunha

Publicidade:

Eli Pietra

Recepção:

Custódia Gonçalves

Impresso nas oficinas da
Cla. Editora Joruba,
Rua Gaetano da Cunha, 49
Tel. 531-8900, S. Paulo, SP

STM arquivou o Arrocho atinge os aposentados

O Superior Tribunal Militar mandou arquivar o IPM do Caso Riocentro, aquele em que um sargento explodiu e um capitão ficou bastante ferido. Pra variar, o processo deu em nada. Quem chiou foi o almirante Júlio de Sá Bierrenbach. Segundo ele, resta apurar o que, de fato, estavam fazendo o capitão e o sargento com aquela bomba nas mãos. "Lamento muito, mas estamos diante de um crime dos mais nefastos, terrorismo, à beira da impunidade. Por muito menos, este Egrégio Tribunal já condenou muito mais" disse o ministro. E completou: "Com indícios de maior fragilidade, estudantes, professores, bancários, operários, religiosos e jornalistas já foram levados às Auditorias e trazidos a julgamento por esta Egrégia Corte, por delitos muito menos graves". Se os próprios militares estão se rebelando contra a decisão da Justiça Militar, que dirá a opinião pública. Fica constatado: cadeia é só para os fracos.

O ministro da Previdência Social, Jair Soares, baixou portaria reduzindo gastos na área de assistência médica da ordem de Cr\$ 36 bilhões. Paralelamente, o Congresso tem prazo até 27 de outubro para aprovar ou rejeitar o projeto do Governo que altera normas da Previdência Social. Fim do esse prazo, o projeto será considerado aprovado por decurso de prazo. Enquanto os partidos políticos brigam internamente, por coisas artificiais, um projeto como esse está prestes a ser aprovado sem que a população saiba ao menos do que se trata. Sabe-se apenas que os artigos 1.º e 2.º do "pacote" têm o propósito de descontar 10% dos aposentados e 75% das pensões daqueles que voltarem ao trabalho ativo. Sabe-se, também, que o ministro Delfim Neto aposentou-se há poucos dias e não será atingido pelo desconto em seus vencimentos de Cr\$ 222 mil, como professor da USP. Cabe aos aposentados se mobilizarem e exigir explicação.

Motoristas ganham ação na Justiça e denunciam pressão

Motoristas que trabalham na Prefeitura denunciaram pressões depois de ganharem uma ação na Justiça. Sete deles desistiram do processo. Mas, o secretário de Assuntos Jurídicos nega qualquer pressão.

Dezessete motoristas da Prefeitura de Guarulhos ganharam uma ação na Justiça reivindicando adicional de horas extras e sua incidência para o cálculo de férias, 13º salário, FGTS e repouso remunerado. Quando o processo já se encontrava na fase final, ou seja, na fase de execução, aconteceu um fato muito estranho: sete dos motoristas desistiram da ação alegando pressões do Departamento Jurídico da Prefeitura.

Essas pressões, segundo os motoristas, estariam partindo do chefe da Procuradoria jurídica da Prefeitura, Renaldo Rinaldi, e do chefe da Seção de Transportes, Edmir de Azevedo. Eles estariam chamando um a um dos motoristas reclamantes e ameaçando despedi-los caso não desistissem do processo. Isso provocou uma imediata reação do advogado dos motoristas, João Carlos Marinho, que requereu à Ordem dos Advogados do Brasil um Inquérito Disciplinar contra Renaldo Rinaldi. Para o advogado essa prática configura os crimes de constrangimento ilegal e de ameaça, previstos nos artigos 146 e 147 do Código Penal, além de ferir o Código de Ética Profissional (entender-se com a parte contrária sem a anuência de seu advogado).

O caso acabou tendo grande repercussão e a Câmara Municipal aprovou um requerimento de autoria do vereador Valdomiro Veloso pedindo esclarecimentos ao prefeito Néfi Tales. O requerimento tem por objetivo saber se o prefeito tem conhecimento desses fatos e se foi ele quem autorizou tal medida.

SECRETÁRIO NEGA

Ouvido pelo REPORTER DE GUARULHOS, o secretário de Assuntos Jurídicos e Administrativos da Prefeitura, José Pedro Chebatt, negou a existência de qualquer pressão contra os motoristas principalmente as ameaças de demis-



Chebatt, secretário de Assuntos Jurídicos



Marinho, advogado dos motoristas

são, mas confirmou que a Prefeitura não está disposta a pagar o valor da ação que os motoristas ganharam na Justiça. Segundo Chebatt, o salário-padrão dos motoristas da Prefeitura é de Cr\$ 26.000,00, mas com as horas-extras, as vezes, os rendimentos chegam a Cr\$ 40.000,00. "Se isso for integrado para efeito de cálculo de 13º, férias, repouso remunerado — argumenta o secretário — vamos criar uma distorção na administração salarial dos funcionários, porque se concedermos isso para um, vamos ter que conceder para todos".

Depois de afirmar que "ninguém foi despedido ou está ameaçado de demissão", Chebatt revelou que os motoristas estão sendo chamados um a um "pois queremos mostrar a eles que a situação ficaria insustentável".

"A lei é clara — prosseguiu o secretário Chebatt — quanto aos direitos do trabalhador, mas também é clara quanto à liberdade de o empregador dispensar. Depois da conversa que tivemos a maioria está disposta a desistir da ação. Mas não está havendo coação para isso. Estamos ainda estudando a possibilidade de, ao invés de hora-extra, os motoristas trabalhem sob outro sistema como é feito nas empresas de ônibus: depois de 8 horas ele é substituído por outro motorista".

As declarações do Secretário de Assuntos Jurídicos da



Miguel, presidente da Associação

Prefeitura são, no entanto, de certa forma contestadas pelo presidente da Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de Guarulhos, Miguel Néelson Choueri, que denuncia a existência de pressões e ameaças em vários setores da administração pública (veja matéria ao lado).

VALOR DA AÇÃO

O cálculo do valor exato a ser pago aos motoristas está, no momento, suspenso, devido à desistência de sete dos reclamantes. O juiz da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho aguarda agora o desfecho dos acontecimentos para saber quantos motoristas vão ainda manter a ação reivindicatória contra a Prefeitura para saber quanto caberá a cada um.

Mas, segundo os cálculos feitos pelo advogado dos motoristas, João Carlos Marinho, a Prefeitura deveria pagar um total de 1 milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil e trezentos e cinquenta e sete cruzeiros.

"Uma ameaça constante"

O REPORTER DE GUARULHOS ouviu também o presidente da Associação dos Servidores da Prefeitura Municipal de Guarulhos sobre as denúncias de ameaças e pressões contra os motoristas.

P — Quais foram as medidas tomadas pela Associação dos Servidores diante dessas denúncias?

R — "Logo que tomamos conhecimento do problema resolvemos adotar as seguintes medidas: 1º) mandar um ofício ao prefeito pedindo a apuração das denúncias e ao mesmo tempo que ele desautorize essas ameaças, garantindo publicamente que nada disso tem o aval dele e que o pessoal não vai ser demitido; 2º) vamos levar esses acontecimentos ao conhecimento de todos os funcionários para garantir o apoio da categoria aos colegas ameaçados. Também em praça pública, na manifestação dos trabalhadores no dia 1º de outubro, um companheiro da diretoria da Associação usou da palavra para denunciar especificamente esse fato. A Associação já providenciou também a lista dos nomes dos companheiros pressionados e vai entrar em contato com eles, mantendo-se vigilante, para evitar demissões. Para nós a prioridade número 1 é garantir o emprego desses funcionários; a prioridade número 2 é garantir o direito do funcionário para que possa reivindicar sem sofrer ameaças de demissão".

P — Este é o único caso de ameaça de demissão de que a Associação tem conhecimento?

R — "Existe na Prefeitura um clima de ameaça constante. Após a última campanha salarial correu um boato de que existia uma lista negra e muita gente preocupada veio procurar a Associação. Fomos falar com o prefeito que se comprometeu a verificar com rigor todos os pedidos de demissão, por parte dos chefes de setores. A partir daí não houve demissões. Outro exemplo dessa ameaça constante eu cheguei a ver até sobre a mesa do Secretário da Educação, Milton Ziller. Existe ou existia sobre um vidro na mesa do secretário um aviso mais ou menos nesses termos: "Se você trabalha aqui não faça qualquer crítica. Caso contrário, a primeira rajada de vento poderá levá-lo e você não saberá nem de onde veio". No SAAE — Serviço Autônomo de Água e Esgotos — o reajuste de maio só veio a ser pago em setembro. Muitos funcionários contavam que o superintendente afirmava o seguinte: "Quem não estiver contente pode ir embora. Tem muita gente querendo entrar". E isso acontece também em outras seções onde os chefes fazem questão de deixar presente a possibilidade de demissão. Há o caso de um chefe que, por razões pessoais, pediu a demissão de um funcionário que estava lotado há dois anos em um outro setor. Mas, reconhecemos que, apesar das pressões, não tem havido demissões".

Favelados da Vila Flórida não desistem. Querem comprar terrenos da Prefeitura

Dezenove famílias da favela da Vila Flórida ainda resistem à ordem de despejo da Prefeitura. A escola que está sendo construída no lugar já desocupada por outras famílias está bem adiantada. O muro em volta da construção, que caminhou em passo acelerado no início das obras, formando um ângulo de mais de 300 graus, estancou bem ali onde os dezenove barracos teimam em ficar de pé, impedindo sua passagem.

No pequeno espaço entre as duas pontas de concreto que não conseguem se juntar, cerca de cem pessoas aguardam uma definição sobre seus destinos, espremidas entre paredes de tábuas, folhas de lata, zinco e todo tipo de material barato que sirva para insinuar um refúgio contra os maus humores do tempo. Mas essa espera de modo algum pode ser confundida com inércia, imobilismo ou passividade. Elas sabem que o rumo dos acontecimentos depende muito de sua atuação.

Esses moradores, todos trabalhadores, como fazem questão de deixar claro, aceitam abandonar a área, doada pela Prefeitura ao Estado, na Vila Flórida, onde moram há vários anos, para dar lugar à escola. Eles querem apenas um outro local que satisfaça um mínimo de suas necessidades, onde possam reconstruir seus barracos. E não querem nada de graça.

MEIA VITÓRIA

A ação organizada dos moradores da favela já produziu alguns resultados positivos, embora ainda insuficientes. No início, a Prefeitura exigia que saíssem imediatamente do local e oferecia em troca um terreno no Jardim Arapongas, pra lá do bairro dos Pimentas. Muitos foram, mas já estão querendo voltar, contou seu Geraldo, morador há 11 anos da favela da Vila Flórida e um dos líderes do movimento dos favelados. Segundo seu Geraldo, os que foram querem voltar pelo mesmo motivo dos que não querem ir: além de ser sede de dois depósitos de lixo da Prefeitura, o Jardim Arapongas não tem nada; nem água, nem luz, nem transporte.

Diante dessa recusa, a Prefeitura ofereceu algumas opções a mais aos fave-

lados, mas que também não resolvem seus problemas. Recentemente, o prefeito Néfi Tales esteve na favela da Vila Flórida para discutir a questão com os moradores. E propôs o seguinte: em vez do Jardim Arapongas, os que quiserem poderão se transferir para outros terrenos da Prefeitura na Vila Flórida mesmo, um pouco mais adiante, no Jardim Bela Vista, também perto dali, onde já há uma grande favela, ou no Picanço.

"QUEREMOS COMPRAR"

Seu Geraldo explica porque essas soluções não resolvem seus problemas: "Não adianta ir para outro lugar nas mesmas condições, onde cedo ou tarde poderemos voltar a enfrentar os mesmos problemas que estamos passando agora. Nós queremos comprar um terreno pra pagar de acordo com nossas condições."

Por exemplo, conta seu Geraldo, "já sabemos que nos terrenos que a Prefeitura ofereceu na Vila Flórida e no Picanço serão construídas uma praça e uma nova rua. Se formos pra lá vamos ter que sair também".

"Nós estamos quase no fim da vida e não temos nada. Não podemos pagar aluguel. Mas tem as crianças que estão aí trabalhando e vão continuar a nossa luta — ressalta. O melhor lugar que encontramos aqui perto custa 81 mil cruzeiros de entrada. Se eu tivesse esse dinheiro não moraria em favela."

Existem casos mais dramáticos ainda entre os moradores da favela da Vila Flórida, como por exemplo o de dona Lenita, viúva há um ano e mãe de três filhos. Moradora há seis anos na favela, desempregada, dona Lenita olha desolada o muro da escola, que termina bem na porta de seu barraco, e lamenta: "Eu não tenho para onde ir com meus filhos. Há muito tempo que estou procurando emprego e não acho. Não sei o que será de nós."

LAVANDO AS MÃOS

Emocionado com a situação de dona Lenita, seu Geraldo olha para os pedreiros que trabalham freneticamente na construção da escola, do lado de dentro do muro, balança a cabeça e insiste:



Seu Geraldo quer que a Prefeitura loteie seus terrenos e venda aos favelados. Na Vila Flórida, o muro da escola parou onde começam os barracos e a placa indica que o terreno foi doado pela Prefeitura ao Estado.

"Se eles (da Prefeitura) topassem e loteassem esses terrenos aí que não são usados para nada, todo mundo iria gostar e garanto que compraria seu lugarzinho, pagando todo mês."

"A Prefeitura ganharia, o Estado e nós todos. Mas não. Tudo terreno perdido aí. É a mesma coisa que plantar um alqueire de feijão e no fim do ano perder a colheita."

O prefeito Néfi Tales, no entanto, continua insensível a essas questões. Na reunião que manteve com os favelados o prefeito recusou-se a lotear os terrenos e, segundo os moradores, apresentou a questão como um fato consumado: disse que o terreno onde os barracos estão construídos foi passado para o Estado (responsável pela construção da escola) e que a partir de agora a Prefeitura "não tem mais nada a ver com isso".

"O prefeito lavou as mãos, como Pilatos", sentenciaram.

"VAMOS BRIGAR JUNTOS"

A transferência para o Jardim Bela Vista, cerca de mil e quinhentos metros adiante da favela onde moram, chegou até a ser discutida pelos favelados da Vila Flórida. "Se a Prefeitura puser água e luz lá até que é um lugar razoável, mas como solução provisória", ressalvam.

Os moradores que estão sendo despejados temem, no entanto, pelo desconhecido. "Nós aqui somos todos trabalhadores, gente boa mesmo que se conhece há muito tempo, e não sabemos quem vamos encontrar lá. Além disso, os moradores do Jardim Bela Vista podem impedir a construção de nossos barracos."

Mas mesmo que a solução seja essa, os favelados garantem que não abandonarão a luta, cujo principal objetivo é forçar a Prefeitura a lotear os terrenos de sua propriedade e vendê-los aos que não têm onde morar, "por um preço que possamos pagar, é claro".



"Mesmo que a gente for, vamos continuar brigando com a Prefeitura. Pretendemos organizar os favelados de lá do Jardim Bela Vista e vamos lutar juntos", prometem.

FALTA ESPAÇO

Nesse momento surgiu a idéia: "Vamos lá agora ver o terreno?" E fomos, num sábado ameaçando chuva, no final de setembro.

Esparramada em dois morros cortados por um pequeno riacho que mais parece um esgoto a céu aberto, a favela do Jardim Bela Vista abriga mais de 300 famílias. Grande mesmo. Sob os olhares desconfiados dos favelados de lá, os favelados de cá começaram a fazer a medição, no olhômetro, é claro.

Seu Geraldo, experiente neste tipo de coisas, apurou daí, espregueada e de cara constata: no lado norte da favela está tudo ocupado, apertado; no setor sul algumas clareiras em meio ao amontoado de barracos, mas há a suspeita de que ali não cabem mais 19 famílias. Uma outra inspeção, desta vez mais acurada, e agora já com a participação de alguns moradores dali que se aproximaram para conversar, chega à conclusão de que realmente não há espaço para 19 novos barracos.

E mesmo que coubessem, teriam que ser espalhados pelas redondezas, o que para os da Vila Flórida "não é um bom negócio", pois seria desfeito o espírito de vizinhança e unidade que conseguiram construir.

Uma grande desilusão. No caminho de volta para a Vila Flórida, uma passagem em frente ao outro terreno da Prefeitura — este todo gramado, bonito — que em breve se transformará numa praça. E o desabafo dos favelados: "O ano que vem tem eleições. Da última vez nós todos votamos no prefeito. Ele se elegeu com os nossos votos. Da próxima vez vai ser tratado do mesmo jeito que trata a gente."

A Prefeitura responde

Segue na íntegra, carta do coordenador da Promoção Social da Prefeitura, Jenuário Ferreira Alvim.

À REDAÇÃO DO JORNAL "O REPORTEIRO"

Tomando conhecimento da notícia sob o título "Favelados enfrentam a Prefeitura" publicada neste órgão de divulgação gostaríamos de esclarecer o seguinte:

Fui procurado por um representante da empreiteira que ganhou a concorrência feita pela CONESP com a solicitação de colaboração da Promoção Social no sentido de desocupar a área da CONESP no bairro de Vila Flórida onde seria erigida uma Escola Estadual, área esta doada pela Prefeitura ao Estado há vários anos e doação esta anterior à atual Administração.

Como é conduta de praxe desta Coordenadoria, designamos a equipe que trabalha diretamente em campo e que faz parte da "Comissão de Contenção de Favelas", a qual, embora não seja sua atribuição específica, tem colaborado na solução de problemas desse naipe.

A pessoa que Coordena o trabalho de campo da citada equipe é o Sr. Geraldo Evangelista de Souza, conhecido pela quase totalidade da população favelada como "Geraldinho", sobre o qual só temos recebido elogios, pela maneira cordial que trata aquela comunidade.

Após contatos iniciais, foram constatados casos em que algumas famílias tinham terreno próprio e tinham interesse em construir e mudar para os mesmos, outros alugaram casa, outros mudaram inclusive de Município como já pretendiam há algum tempo; aos demais foram propostas duas alternativas: relocação do barraco na própria favela em áreas vazias não atingidas pela construção da citada Escola ou mudança temporária para o Jd. Arapongas, até solução definitiva. Cerca de 03 (três) famílias preferiram ir para o Jd. Arapongas e outras ainda não haviam decidido qual solução tomar, quando fomos procurados pelo Padre Geraldo da Paróquia de Vila Fátima, o qual em nome dos moradores, buscava uma solução mais eficaz para o problema, qual seja a venda de Casas Populares àquela população. Apoiamos a iniciativa no que diz respeito à busca de solução definitiva, mas sem esquecer o problema imediato, qual seja a desocupação da área em questão, já que há prazo para a empreiteira entregar a Obra ou a mesma seria paralisada. Estive

em companhia do Diretor de Planejamento desta Prefeitura em contato com o Presidente da CODESPAULO, buscando possível solução para construção de Casas Populares em Guarulhos e estes contatos continuam.

Foi solicitada pelo Padre Geraldo uma reunião entre moradores. Advogado dos mesmos, este Coordenador e o Padre, para juntos discutirmos possíveis encaminhamentos e solução para o problema. A referida reunião não compareceu nem o Padre e nem o Advogado, embora tenhamos esperado junto com as 20 (vinte) famílias por 2 horas, que findas, e devido ao adiantado da noite (22:00 hs.) propus a prestar esclarecimentos que estivessem ao meu alcance, com o que foram concordes desde que ainda assim se marcasse nova reunião, o que foi efetivado ainda sem o comparecimento do Advogado e o Padre embora presente não se tenha manifestado em nenhum momento da entrevista.

Nessa entrevista foi colocado que o terreno não é da Prefeitura e que ali estavam apenas com intuito de colaborar; a partir do momento em que os moradores firmaram posição que não sairiam da área sem que seus interesses de moradia própria fossem atendidos, nos retiramos da área (a Comissão de Contenção).

Posteriormente o Prefeito Municipal foi procurado pelo Padre João que substituiu o anterior, que viajou para o exterior, na cidade Paróquia, acompanhando o Sr. Prefeito o Padre e demais pessoas a local e na própria rua foi feita reunião com os moradores, explicada mais uma vez a posição da Prefeitura e ao término, ficou acertado de se visitar as áreas livres próximas que os moradores poderiam ocupar, sob o fôro da Coordenadoria da Paróquia de Vila Fátima. Ultimamente estamos em contato com a Paróquia no sentido de colaborar com o que estiver ao nosso alcance.

Reafirmamos em nenhum momento "inimizamos", "entramos", "ameaçamos", ou "ingomos coisas em cima de caminhões", ou "coisa" parecida, e solicitamos aqui o que já fizemos anteriormente aos moradores: se tiverem alguma denúncia a fazer, tragam nomes, números dos veículos, números de placas, testemunhas, pois sem isso não há como se localizar a verdade.

Guarulhos, 03 de Outubro de 1981

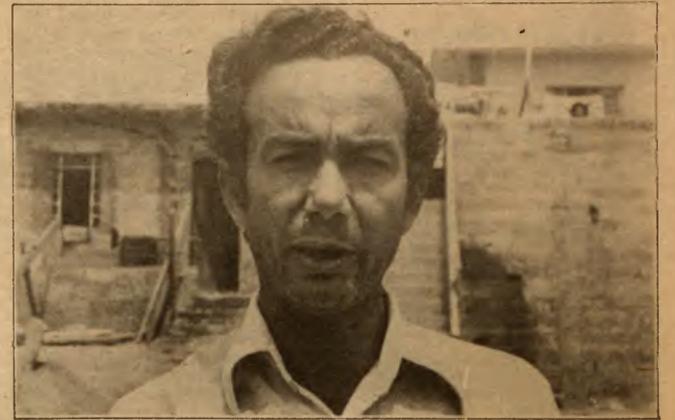
JENUÁRIO FERREIRA ALVIM
Coordenador da Promoção Social

Nota da Redação

Em primeiro lugar temos a esclarecer que as denúncias a que se refere ao senhor Jenuário Ferreira Alvim, coordenador da Promoção Social, foram feitas pelos moradores da favela da Vila Flórida e publicadas por este jornal, em sua edição de número 38.

Julgamos ser nosso dever, como jornal independente que somos, divulgar as reivindicações e denúncias da população, sobretudo daqueles setores mais necessitados e oprimidos que não têm acesso aos meios de comunicação.

A falta de provas aventada pelo senhor Jenuário de nada altera a substância das denúncias. É perfeitamente compreensível que aquele núcleo de moradores, em circunstâncias tão desfavoráveis naquele momento, não tenha tido a astúcia de coletar "nomes, números dos veículos, números de placas ou testemunhas" para servir de provas em suas futuras denúncias. O próprio coordenador da Promoção Social admite a participação de uma equipe sob sua responsabilidade nos trabalhos de remoção daquela favela e



"Seu" Pedro: "A gente não tem condições de pagar".

Desapropriar, única solução para Cocaia

Toda enrolação do loteamento no Jardim Nova Conceição, na Cocaia, não passa de uma grilagem muito bem feita. É o que diz o atual advogado que está defendendo os moradores no caso, o doutor Jorge. Segundo ele, toda a história teve início com dona Zulmira que recebeu uma procuração dos herdeiros sendo nomeada advogada — na época era apenas estagiária.

Ai ela entrou com uma ação de reintegração de posse em nome de Augusto e Zenaide Moreira, onde ficou estipulado através de um contrato que ela receberia 50% do total do valor do terreno.

Na época, o juiz concedeu uma liminar estipulando que 4,5 alqueires ficariam para dona Zulmira e baseado nisso ela começou a vender os terrenos a média de 600 mil cruzeiros, cada um.

Por isso, segundo o advogado, o problema do despejo não existe, porque as únicas pessoas que conseguiram provar a posse da terra, estão sendo reintegradas.

O fato é que no arquivo do Estado aparece apenas um proprietário: o pai de Maria Fermina da Conceição, além de não constar no cartório que a área tenha sido vendida. Acontece que Valdomiro Conceição vendeu alguns lotes dizendo que era o único herdeiro. Segundo o morador Pedro Miranda, a planta era fria:

"A única coisa que consta é que eles venderam oito alqueires na Vila Galvão". E acrescenta: "Pra gente mudar daqui fica difícil, pois a única favela mais perto daqui fica no Jardim Bela Vista. Quando começou a construção eu fui lá, mas eles queriam 81 mil cruzeiros de entrada e quatro mil cruzeiros por mês por um terreno. A gente não tem condições de pagar".

TENTATIVA DE RESOLUÇÃO

Para tentar resolver o problema, no dia cinco passado, houve uma reunião entre os legítimos proprietários, uma comissão de moradores e representantes da Prefeitura.

Mas segundo o advogado, a solução a curto prazo seria o Prefeito declarar a área de utilidade pública para fazer a desapropriação e depois vender os lotes para o pessoal: "Deposita-se uma determinada quan-

tia para fazer valer a desapropriação e espera-se cinco anos. E não extorquir as pessoas, como estão fazendo. Pois a parte contrária quer fazer um acordo que não têm condições, querem 150 mil cruzeiros de entrada e 10 mil cruzeiros por mês". O prefeito no entanto, alega que isso seria inconstitucional.

O DRAMA DAS FAMILIAS

O drama das famílias desse loteamento já se arrasta por muito tempo e segundo seus moradores, ninguém toma nenhuma providência. A única tentativa partiu do vereador do PDS, Kan Kise, que apresentou um projeto para a desapropriação da área, mas não foi aprovado.

Além das ameaças e agressões sofridas por policiais, as famílias se vêem ameaçadas de perderem as suas casas que construíram a custa de muito sacrifício. E para completar, diz "seu" Pedro: "Além do suborno das autoridades é difícil encontrar um advogado honesto. Só agora conseguimos encontrar um que está se empenhando realmente no caso, é ele quem está custeando as ações que estão correndo no Fórum".

De acordo com os moradores, dona Zulmira depois que teve sua casa incendiada, não apareceu mais e entrou com um processo contra a Secretária da Fazenda por omissão de socorro. Além disso ela alega que várias pessoas que estão movendo a ação de reintegração de posse, estão incitando às pessoas. Com que não concordam os moradores, pois segundo eles, foi ela quem armou toda essa confusão.

Na verdade, todos esses problemas de grilagem não é nenhuma novidade em Guarulhos. Para se ter uma idéia, logo em frente a este loteamento existe um outro com o mesmo problema. A imobiliária está em litígio com o pessoal e sua documentação não tem origem. Consta apenas um contrato de 1912 no nome de Emílio de tal.

Por isso talvez é que muitas pessoas chamam Guarulhos de "grilão" onde até cemitérios são grilados e as autoridades continuam sem dar a mínima para esse problema na cidade.



Na favela do Jardim Bela Vista não há espaço para mais 19 barracos.

Jardim São João

A água chegou. Mas está poluída.

Trinta famílias da Rua 18 no Jardim São João se cotizaram e pagaram todo o material para a instalação da água da rua. Quem deu licença para isso, segundo os moradores, foi o vereador Alan.

Parece então que agora mais trinta felizes famílias estão com o gravíssimo problema da água resolvido. Puro engano: a água não é tratada, portanto, não pode ser bebida. A precária instalação feita pelos moradores faz com que quando duas casas abrem a torneira, as outras têm que esperar. As famílias têm que ficar de plantão para encher tamboures, baldes, vasilhas, tanques e caixas de madrugada.

O superintendente do SAAE, Oswaldo de Carlos, definiu bem a trágica situação, que atinge a totalidade do bairro, numa reunião promovida pelo vereador Alan para inaugurar este revolucionário sistema de água não tratada servida à população. Disse ele: "Enquanto a água tra-

tada não vem, vocês vão quebrando o galho com essa água aí". E o Alan entusiasmado na mesma reunião lançou De Carlos como candidato a prefeito, por este grande benefício concedido ao bairro, fruto glorioso de uma luta pela água que ele, Alan, está travando há mais de dez anos. E parece que o SAAE deu procuração ao vereador Alan, depois disso, para autorizar ligações de água, coisa que todos sabem, não faz parte dos poderes de um vereador.

O que está acontecendo no Jardim São João é definido por alguns moradores como um verdadeiro crime contra a saúde popular. Pois a água é limpa, sem cheiro, parece perfeita. Embora haja uma placa do SAAE alertando que ela é imprópria para beber, a tentação de beber é contínua. Várias crianças afirmaram que bebem tranquilamente aquela água e até adultos disseram que quando não tem tempo de ferver, eles bebem direto como ela vem: tentadora, mas poluída. E a solução, segundo todos, não é impedir que o pessoal use a água. É instalar no bairro um sistema decente de abastecimento com a água tratada a que todos tem direito.

Jardim Paraíso

SAB vai organizar luta dos moradores

A população do Jardim Paraíso, Taboão, acaba de organizar uma sociedade Amigos de Bairro, surgida da experiência de várias comissões organizadas para ir ao SAAE, à Secretaria de Obras e outras repartições. As comissões deram alguns resultados, mas no entender dos que delas participaram, uma Sociedade pode significar uma força maior e mais respeitada. Isso desde que saiba garantir a participação das pessoas do bairro nas suas atividades, o que só vai acontecer se houver uma divisão de trabalho entre os membros da Diretoria e entre os interessados residentes no bairro. Por isso, vão continuar as comissões de reivindicação acompanhadas sempre de um diretor ou de um conselheiro mais experiente no problema ou no trato com a repartição competente.

A SAB do Paraíso já conseguiu sua sede, na Av. 7, n.º 13, que será inaugurada no dia 25 deste mês, a partir das 14 horas. Não haverá ca-

ravana de políticos nem discursos, pois a Sociedade pretende ser independente e conseguir as melhorias para o bairro sem ter que depender de nenhum político o que, como é de costume, terminaria amarrando seu desenvolvimento. Vai haver festa de confraternização do povo do bairro, com várias brincadeiras e com um filme que será projetado na sede.

A diretoria provisória, eleita por cerca de quarenta moradores que fundaram a Sociedade, ficou assim constituída: Elvane Costa Lima, Erasmo de Santana, Maria de Fátima B. da Silva, Adailton Cordeiro, Maria do Carmo Nascimento, José Gomes da Silva, Antônio Inácio da Silva, Edilson Pereira do Nascimento, Deocleciário do Nascimento, Lexo Euzébio, Valdomiro Amadeu, Aureliano Souza, Rubens de Azevedo, Rômulo Severino e Raimundo Cardoso.

Entre as primeiras medidas da Diretoria, além dos mutirões para aprontar a sede, houve a visita de uma comissão à Secretaria de Obras, onde o Capitão Ribeiro, encarregado do setor, prometeu definitivamente cascalhar as ruas de maior movimento do bairro e que se tornam intransitáveis nos dias de chuva.

Prefeitura Municipal de Guarulhos

MAIS INAUGURAÇÕES

Dia 10 - Sábado — 16.30 horas

Pavimentação asfáltica do Jardim Testae
19 horas

Iluminação a vapor de mercúrio no Jardim Santa Inez

Dia 11 - Domingo — 10 horas

Rede de água na Vila Haspa-Jardim São Luiz
16.30 horas

Pavimentação asfáltica — Vila Pascoal
19 horas

Iluminação a vapor de mercúrio no Jardim Taboão e Jardim Silvia

Dia 13 - Terça-feira — 16.30 horas

Pavimentação asfáltica das ruas próximas à Escola Prof. Homero Rubens de Sá — Vila Galvão
19 horas

Iluminação a vapor de mercúrio no Jardim Ipanema

Dia 17 - Sábado - 16.30 horas

Rede de Esgoto e pavimentação asfáltica em ruas do Picanço (próximos a praça Rafael Rodrigues).

19 horas

Iluminação a vapor de mercúrio - Vila Barros - Tanquinho

Dia 18 - Domingo — 16 horas

Rede de água no Jardim São Manoel, próximo ao Paes de Barros

19 horas

Iluminação a vapor de mercúrio no Jardim São Judas Tadeu e Vila Monteiro Lobato.

ADMINISTRAÇÃO Néfi Tales/Oswaldo De Carlos



INPC

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sofreu um ligeiro aumento para o mês de outubro. Para as categorias que têm suas datas-bases neste mês, o índice calculado pelo IBGE foi de 40,4%. O cálculo dos reajustes é o seguinte:

Quem ganha	Terá reajuste	Mais Cr\$
Até 3 sal. min.	44,44%	—0—
De 3 a 10 sal. min.	40,40%	1 015,78
De 10 a 15 sal. min.	32,32%	7 855,34
De 15 a 20 sal. min.	20,20%	23 244,35

ADVOCACIA TRABALHISTA

Elias Miguel Temer Lulia
Adib Miguel Temer Lulia
Advogados

Rua Nove de Julho, nº 175 - 4º andar — Sala 46 —
Fone: 209-2338 - Guarulhos

CAUSAS TRABALHISTAS

DR. SAMUEL SOLOMCA

Advogado

Férias, 13º Salário, Aviso Prévio, FGTS
RUA 9 DE JULHO, 175 - s/45
FONE: 209-2410
Prédio da Justiça do Trabalho
Guarulhos

ADVOCACIA

Acidente de Trabalho — Doença de Trabalho
Acidente de Trânsito — Indenizações

Leopoldina L. Xavier de
Medeiros
Júlia Maria Cintra Lopes

Rua Dom Pedro II, 334 — 2º andar
Sala 206 - Fone: 209 8075 — Guarulhos

MADEIRAS LÉO LTDA.

Especialidades

Madeiras Compensados, Serradas, Aglomerados
Portas, Fôrmica, Eucatex, Duraplac, Duratex.
Tábua de Pinho, Formas para concreto,
Chapas Naval
Ferragens

Rua do Gasômetro, nº 265 — Brás

INSTITUTO CLÍNICO RADIOLÓGICO DE GUARULHOS

Carteiras de Saúde, Abreugrafia para fábricas, escolas, clubes,
Detran, etc. Chapas (Radiologia) em geral. Atendimento imediato
Entregas no mesmo dia. Rua Luiz Gama, 141 — Centro — Guarulhos.

Metalúrgicos

Trabalhadores querem aumento com estabilidade

Sindicato reuniu mais de 150 metalúrgicos para dar início à Campanha salarial de 82.

Com a campanha salarial iniciada em 25 de setembro, os metalúrgicos de Guarulhos mais uma vez se preparam para enfrentar os patrões numa mesa de negociações. Todos os sindicalistas que estão envolvidos na campanha são unânimes em dizer que este ano os metalúrgicos vão precisar de toda a sua capacidade de mobilização e organização pra ver se arrancam dos patrões o elenco de reivindicações que lhes será apresentado.

O desemprego que assusta e amedronta a todos os trabalhadores, é particularmente nocivo às categorias mais combativas que vêm todas as suas reivindicações ficarem reduzidas a uma só: garantia no emprego. No entanto, os metalúrgicos sabem que os patrões só atendem às suas exigências quando são pressionados pela disposição da categoria de levar a sua luta até o fim.

A estabilidade no emprego é hoje a grande luta que os trabalhadores travam em todo o país, mas essa luta não pode estar dissociada, principalmente numa campanha salarial, da luta por melhores salários, da luta pelo fim das horas extras, pela manutenção das conquistas da estabilidade da gestante e do trabalhador acidentado.

E pensando assim, que os metalúrgicos de Guarulhos levarão para a mesa de negociações um elenco de 34 reivindicações, e não aceitarão em hipótese alguma trocar os 15% de produtividade pela garantia do emprego, como vem propondo o pelego Joaquim aos metalúrgicos de São Paulo.

E de se lamentar, no entanto, a proposta da diretoria aprovada na assembleia do dia 25, de que somente ela vá participar das negociações. Não elegendendo, como fazia nos anos anteriores,

uma comissão de mobilização e salários, que tinha a responsabilidade de convocar os metalúrgicos para a campanha, elaborar o elenco de reivindicações e fazer parte das negociações.

Com essa atitude a diretoria dá um passo atrás, porque procura deixar de fora um grande número de sindicalistas dispostos a participar da mobilização, no momento em que a categoria, ressentida com o desemprego, pouco tem participado. A diretoria que tanto fala em unidade dá uma demonstração de que está disposta a dividir, querendo fazer a campanha sozinha, se esquecendo de que a oposição sindical é respeitada por grande parte da categoria, e de que atitudes como esta acabam por afastar um bom número de metalúrgicos que vão às assembleias em busca de solidariedade para a luta que é de todos.

Apesar desses problemas, os metalúrgicos de Guarulhos precisarão realizar uma grande campanha que marque conquistas definitivas, mostrando aos patrões que não estão dispostos a aceitar o atual estado de coisas sem luta.

ELENCO DE REIVINDICAÇÕES

Reajustamento salarial com mais 15% de produtividade. Piso salarial de Cr\$ 31.535,00. Reajustes trimestrais. Admissões após a data base. Contribuição assistencial, 1,5% do salário com mínimo de Cr\$ 300,00 e máximo de Cr\$ 1.500,00. Salário mínimo profissional. Quadro demonstrativo de funções e salários. Estabilidade no emprego a todos os trabalhadores, assegurado serviços aos desempregados. Jornada de trabalho de 40 horas semanais, sem redução do salário mensal. Proibição das horas extras, quando feitas

sejam pagas com 100% de acréscimo e máximo de dez horas por mês. Salário igual para trabalho igual. Promoções anotadas em carteira, não descontadas no dissídio e nunca inferiores a 10%. Rescisões contratuais, prazo de dez dias para a quitação ou multa de 10% do total bruto. Todas as rescisões deverão ser homologadas no sindicato. Abono de férias de 30% sobre o salário mensal recebido. Aviso prévio de sessenta dias ao trabalhador até 45 anos de idade; acima de 45 anos, 120 dias de aviso. Estabilidade da gestante. Estabilidade do menor durante o período de prestação do serviço militar. Estabilidade ao acidentado e do trabalhador com doença profissional. Segurança no trabalho. Atestados médicos e odontológicos do sindicato aceitos pela empresa. Fiscalização dos convênios médicos pelo sindicato. Encaminhamento de pacientes e requisição de exames pelo serviço médico do sindicato aos convênios das empresas. Complemento do auxílio doença e do 13º salário aos trabalhadores na caixa. Envelope de pagamento. Abono de falta ao estudante. Proibição de mão de obra temporária. Quadro de avisos do sindicato. Acesso dos diretores do sindicato no interior das empresas para distribuir publicações da entidade e fazer sindicalizações. Comissão de fábricas. Creches. Os reajustes dos preços de transportes e alimentação não ultrapassem os reajustes de salários. Fornecimento aos empregados até 31 de janeiro de 82 da relação dos depósitos efetuados no F.G.T.S., com cópia para o sindicato. A partir de janeiro, fornecimento obrigatório dos extratos do F.G.T.S. trimestralmente. Data base unificada de todos os metalúrgicos.

ADVOCACIA J.C. MARINHO

João Carlos Marinho — Orlando Cruz Leite

CONSULTAS TRABALHISTAS GRATUITAS

Rua Capitão Gabriel, 183 — 1º Andar — Salas 1 e 3 — Fone: 209-1868 —
Horário das 9 às 11:30 horas e das 16 às 19:30 horas

Trabalhadores na rua. Contra o desemprego

Manifestações em todo o país marcaram o Dia Nacional de Luta. Uma comissão esteve em Brasília e entregou ao governo um documento com as reivindicações básicas dos trabalhadores. Se até o dia 16 de novembro não for dada uma resposta satisfatória pode sair uma greve geral.

Cerca de quinhentas pessoas reuniram-se no dia 1.º de Outubro, na praça Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que nas demais cidades do Brasil realizavam-se concentrações semelhantes. Todas essas manifestações realizadas simultaneamente faziam parte do DIA NACIONAL DE LUTA, decidido na Conclat em agosto, onde estiveram presentes mais de cinco mil trabalhadores de todas as categorias. Sem exceção, foram as manifestações mais representativas dos últimos anos. Em São Paulo, a praça da Sé recebeu cerca de oito mil pessoas; em Fortaleza três mil pessoas estiveram presentes ao ato, no Rio de Janeiro, duas mil, em Salvador três mil e em São Bernardo mil e quinhentas pessoas prestigiaram o ato.

O DIA NACIONAL DE LUTA teve como palavras de ordem os pontos aprovados na Conclat e que, hoje, são a plataforma política dos trabalhadores, ou seja: contra o desemprego, contra a carestia, contra o pacote previdenciário, pela reforma agrária, pelo direito à moradia, pela liberdade e autonomia sindical, pelas liberdades democráticas, pela revogação da Lei de Segurança Nacional e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática.

Em Guarulhos, os oradores abordaram os principais pontos dessa plataforma, dando ênfase especial à questão do desemprego. Falaram, pela ordem: Paulo Albuquerque, da Pastoral Operária de Guarulhos; Edmilson Felipe Nery, pelo Sindicato dos Metalúrgicos; Maria Helena, da Apeoesp; Maria, pela UMES; Gilmar Lopes, representando o PMDB; Elson, representando a Associação dos Servidores Públicos Municipais e por último Roldão de Oliveira, presidente do PT de Guarulhos. A coordenação do ato foi de Miguel Choueri, vice-presidente do PT. Carlos Diniz leu uma carta dos moradores do Jardim Nova Conceição contendo denúncias e uma reivindicação aos poderes públicos municipais (vide matéria na página 5).

Durante os discursos, houve um incidente no palanque envolvendo o vereador Luna, ex-presidente da Câmara Municipal. Luna, ofendido, com as denúncias feitas pela Associação dos Servidores

Públicos Municipais, queria fazer uso da palavra para responder. Para tanto, dizia-se representante do prefeito, no Ato. Só que, antes do início da manifestação, sabendo que seria entregue um elenco de reivindicações ao Prefeito, ele não quis assumir a condição de representante. O coordenador do ato foi enérgico: ou assume a representação por inteiro, ou não assume nada. Representar só meio-prefeito não pode.

A manifestação atingiu o fim a que se propunha: manter os trabalhadores organizados e mobilizados, em torno de uma plataforma de luta. Mais importante do que as quinhentas pessoas presentes ao ato, foi o fato de toda a organização e condução ter sido realizada por trabalhadores, sem a participação dos políticos tradicionais. Uma prova de que os trabalhadores guarulhenses estão conquistando um espaço que sempre deveria ter sido seu. Isso não quer dizer que os políticos locais não houvessem sido convidados. Todas as entidades e partidos políticos locais foram convidados, entretanto, nem as autoridades e nem os partidos, com exceção do PT, atenderam ao convite para participar das reuniões de organização. Na hora, quando viram a massa presente, quiseram dar o seu recado demagógico. Mas já era tarde.



Em Guarulhos, mais de quinhentas pessoas



Roldão, presidente do PT de Guarulhos

Dia 30 de outubro será entregue ao Prefeito de Guarulhos, um abaixo-assinado, contendo algumas reivindicações, que podem ser atendidas ao nível da competência municipal e que em muito ajudariam a melhorar a situação de penúria em que se encontram os desempregados.

EXMO. SR.
PROFESSOR NEFI TALES
DD. PREFEITO MUNICIPAL DE GUARULHOS

A crise econômica provocada pelo governo federal que não foi eleito pelo povo fez com que milhões de trabalhadores perdessem os seus empregos. A situação em Guarulhos é particularmente grave. É tão grave que não permite ao governo municipal se omitir.

Os trabalhadores de Guarulhos, reunidos em DIA NACIONAL DE LUTA, decidiram trazer as reivindicações aprovadas em ato público, para que o Sr. Prefeito tome medidas urgentes, ao nível de sua competência, visando a atender aos desempregados residentes em Guarulhos:

1. fornecimento de **Passes de ônibus aos desempregados** para que possam procurar emprego,
2. isenção do pagamento de **taxa de água** cobrada pelo SAAE.
3. colocação a serviço do trabalhador de assistência prestada pela Coordenadoria da Promoção Social.
4. isenção de pagamento dos **impostos municipais**.

É hora de todos os trabalhadores unirem-se na luta contra o desemprego.

Guarulhos, 1º de outubro de 1981.



Gilmar, do PMDB